

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A urna foi boa, mas a conta...

O MDB do Maranhão entrou com uma representação na Justiça Eleitoral para rever o resultado da eleição para deputado federal no Maranhão. É que o partido fez as contas e descobriu que ao distribuir as vagas por média, o TRE desprezou parte do artigo 109 da lei eleitoral.

... vai para a Justiça

É que, depois de distribuídas as vagas por quociente, por ter 10% dos votos, a última etapa é calcular as “sobras”. O MDB está convencido de que o cálculo feito no Maranhão está equivocado.

Muita calma nessa hora

A polêmica em torno das “sobras” no Maranhão, porém, não mudará correlação de forças no Congresso. Agora, se outros estados tiverem muitos problemas desse tipo, será confusão para mais de metro.

Militares de olho no segundo turno

As Forças Armadas vão repetir no segundo turno das eleições o mesmo sistema de verificação e fiscalização das urnas do primeiro. Agora, feitura de relatório é outra história. Nas internas, dizem que não prometeram qualquer documento sobre o tema antes do término de todo o processo eleitoral.

Kassab joga a rede

Silenciosamente, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, joga a rede no esfafelado. A ordem é atrair os prefeitos tucanos de São Paulo, que ficaram à deriva diante da derrota do governador Rodrigo Garcia. A aposta geral é a de que o PSD, que fez menos deputados do que previa, tem agora a chance de se acomodar melhor no centro do tabuleiro com a vice-governadoria de São Paulo, caso a chapa Tarcísio de Freitas e Felício Ramuth, do PSD, seja eleita. Para quem esperava ingressar na chapa de Tarcísio apenas para evitar tomar partido neste segundo turno, a chegada de Tarcísio ao segundo turno com reais chances de vitória mudou o cenário.



Por falar em urnas...

Se as pesquisas deste segundo turno estiverem corretas, Tarcísio de Freitas vence em São Paulo e Bolsonaro perde no Brasil, cenário que enfraquecerá qualquer reclamação do presidente sobre as urnas eletrônicas. O assunto, aliás, foi colocado em segundo plano nesta fase da corrida eleitoral.

CURTIDAS



Desgaste & lealdade/ A campanha petista cogitou cancelar a ida de Lula a Alagoas. Mas, faltar à caminhada prevista para Maceió nesta quinta-feira poderia soar como receio de aparecer ao lado do governador Paulo Dantas, alvo da Polícia Federal esta semana. Lula manterá a lealdade no evento com Renan Calheiros (foto), que, aliás, há seis dias, levantou suspeitas de intervenção na eleição local.

Por falar em caminhada.../ Hoje, Lula estará na Bahia, para reforçar a campanha de Jerônimo Reis, o candidato do PT ao governo estadual. De quebra, tentará ampliar a própria votação no estado, onde fechou o primeiro turno com três milhões de votos de frente para Jair Bolsonaro. ACM Neto, que passou o ano em pré-campanha, torcendo para que a eleição não se nacionalizasse, encontra dificuldades em recuperar terreno.

Nacionalizou geral/ Nos debates da Band, na terça-feira, o que se viu foi um leque de citações a Lula e Jair Bolsonaro. Na maioria dos casos, seguindo o exemplo de São Paulo, campanhas estaduais tiveram que escolher um lado desta polarização entre o petismo e o bolsonarismo.

Nossa Senhora Aparecida/ Que a padroeira proteja os brasileiros hoje e sempre. Especialmente, nossas crianças, homenageadas nesta data. Bom feriado a todos.

Pacheco e Lira preservam STF

Presidentes do Senado e da Câmara afirmam ser inadequado debater, neste momento, mudanças no Judiciário

» GABRIELA ORNELAS
» MARIANA ALBUQUERQUE*



Os presidentes das duas casas do Legislativo federal afastaram, por ora, o risco da mobilização conduzida por aliados do presidente Jair Bolsonaro de ampliar o número de integrantes do Supremo Tribunal Federal, a fim de diluir o poder do Judiciário e ampliar a influência do Executivo na mais alta Corte de Justiça do país.

O presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), classificou a iniciativa como “incoerente”. “Todas as propostas devem ser respeitadas, mas me estranha muito neste momento estar-se discutindo um tema dessa natureza, ampliação da estrutura do Supremo Tribunal Federal. Me parece que isso é até incoerente com a lógica dos que defendem a redução das competências do Supremo. Me parece um momento inadequado para essa discussão”, afirmou.

O senador também mencionou que a mudança geraria mais gastos aos cofres públicos e defendeu que ministros e ex-ministros do STF sejam ouvidos sobre a medida. Portanto, me parece um momento inadequado para essa discussão. E algo que afete a estrutura do Supremo Tribunal Federal, é de bom alvitre também que se ouça ministros atuais, ex-ministros do Supremo, para saber o que verdadeiramente é bom para o país”, ponderou o presidente do Congresso.

Aliado de primeira hora de Jair Bolsonaro, o presidente Arthur Lira (PP-AL) deu a entender que não pretende levar a iniciativa adiante, por enquanto. “Este assunto, neste momento, não é adequado. Precisamos discutir

as propostas de cada candidato para o Brasil”, disse Lira, em entrevista ao portal UOL.

Em campanha no Rio Grande do Sul, Bolsonaro recuou, ontem, de suas declarações do fim de semana. Diferentemente do que afirmou na sexta-feira, disse que não cogita modificar a composição do Supremo. E criticou, mais uma vez, a imprensa. “Igual (quando) a imprensa falou que vou passar para mais cinco no Supremo. Eu falei que isso não estava no meu plano de governo Botaram na minha conta. Vocês que inventaram isso. Vocês é que digam”, emendou o chefe do Executivo em Pelotas (RS).

No domingo, em um sinal de contemporização, o presidente afirmou que poderia descartar a proposta de mudar o colegiado do Supremo se o tribunal “baixar a temperatura”.

Base mobilizada

Se a cúpula de Brasília procurou reduzir a tensão institucional, a base bolsonarista no Congresso se mantém ativa. Ontem, ao **Correio**, o senador Carlos Portinho (PL-RJ), líder do governo no Senado, defendeu o aumento de ministros no STF. Chamou a medida de “aperfeiçoamento”. Segundo o parlamentar, o Poder Judiciário deve fazer uma “autocrítica”, afirmando que os membros “não estão em crise apenas com o Poder Executivo e Legislativo”, mas “estão em crise com a sociedade”.

“O poder legislativo é o poder competente para avaliar essas questões do aprimoramento do sistema judiciário e da própria legislação”, acrescentou Portinho.

Na Câmara, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) também se manifestou. “Os assuntos não nascem do nada. Por que estamos discutindo pesquisa? Porque os erros das pesquisas foram absurdos. Por que estamos discutindo o STF? Porque o STF tem arrastado nas suas prerrogativas”, declarou.

“Quem é o ator que está criando problema? É o Supremo Tribunal Federal. Então, gera-se uma reação a esses fatos. Quem está criando o problema? Os institutos de pesquisa. Então, gera-se também uma reação a esses fatos”, completou.

Outro apoiador a defender a mudança é o ex-ministro e futuro senador Marcos Pontes (PL-SP). Segundo ele, a função do Senado é de fiscalizar o STF, mas sem persegui-lo. “O Senado tem obrigação de fiscalizar o STF, faz parte do equilíbrio dos poderes. Também é função do Senado manter que todos ministros trabalhem dentro do que é previsto e não extrapolam funções. Não é chegar e perseguir; é trabalhar com a lei”, disse.

Eleito para o cargo de senador em 2023, Magno Malta (PL-ES), é crítico contumaz do Supremo. Em setembro, disse que “O chamado ativismo judicial só se deu, por causa do enfraquecimento do Senado. A proatividade dos ministros do STF não tem sido algo positivo no Brasil”. E emendou: “Por isso, o Senado é o único órgão capaz de frear o STF”.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Reprodução/TV Senado



Pacheco: mudança de tal magnitude na Suprema Corte exige a participação de integrantes do Judiciário

Especialistas divergem sobre tema

Entre especialistas, há diferentes posicionamentos. Segundo o cientista político Vladimir Pucci, “a possibilidade de aumento do número de ministros do STF atenta completamente contra a democracia”. Segundo ele, o modelo não representa avanços para problemas do Judiciário. Ele entende que “não se pode brincar desta forma com a democracia por causa de momentos”.

Mas existem opiniões mais transigentes. “Apesar da polêmica em torno do tema, propor a alteração da composição do Supremo Tribunal Federal, por meio de

emenda Constitucional, é possível dentro de um ambiente democrático”, argumenta Flávio Pansieri, presidente do Conselho Fundador da Academia Brasileira de Direito Constitucional. “O Congresso Nacional possui legitimidade para discutir o assunto, desde que siga os dispositivos constitucionais. Ou seja, é preciso esclarecer que o constituinte originário deixou em aberto e não vedou a possibilidade de mudança na composição do STF, para mais ou para menos”, diz. “Entretanto, não é um processo simples e demanda uma

profunda discussão com a sociedade”, acrescenta.

Associações de classe também se manifestaram. “O Legislativo e o Executivo podem tramitar quaisquer propostas objetivando melhorar, modernizar e dar maior eficiência às instituições, desde que, obviamente, não se insira na esfera de cláusula pétrea. Assim, a Associação Nacional de Desembargadores (Andes), estranha a inquietação de algumas instituições nos últimos dias”, afirma nota da Andes, assinada pelo desembargador presidente, Marcelo Buhatem.